

Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias -n.44

04 de setembro de 2000



Reunião de Presidentes da América do Sul

**World
Social**

Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001
um outro mundo é possível

Fórum Social Mundial

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

é só clicar * Índice

**[Reunião de Presidentes da
América do Sul](#)**

[Movimento Sindical e Trabalho](#)

[Mercosul](#)

[Empresas e Setores](#)

[Relações Externas](#)

[Notas e Correspondências](#)

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

*É parte do projeto Mercosul entre a
CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.*

Ma. Silvia Portella de Castro-
coordenadora.

Daniel Campos - Argentina

Antonio Carlos P. Castro - Brasil

Antonio Pecci- Paraguay

Patricia Bouzas - Uruguay

) cesint@uol.com.br

Reunião de Presidentes da América do Sul

A primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, no total 12 países, que por convite do governo brasileiro realizou-se, em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, teve como objetivo central acelerar as negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações –CAN (Peru, Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia), visando uma futura área de livre comércio entre os dois blocos (além da inclusão das Guianas e do Suriname), a qual, de acordo com declarações da chancelaria brasileira, será um passo fundamental para a futura consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Apesar de não ter havido nenhuma sanção ao processo peruano, no capítulo sobre a Democracia há uma referência concreta sobre a vigência de regimes democráticos como requisito para participar dos foros do continente - uma cláusula democrática ainda meio vaga pois não especifica que se entende pelo respeito a democracia.

Mas além disso ganharam destaque na reunião mais dois temas: a situação da Colômbia e a integração das áreas de infra-estrutura do continente (física, energética, transportes e comunicações) de acordo com plano apresentado pelo BID e que poderá atrair grandes investimentos à região.

Os resultados da reunião constam do [Comunicado de Brasília](#) (*clique aqui para abrir o texto em anexo*) divididos em cinco temas: comércio, infra-estrutura da integração, democracia, informação, conhecimento e tecnologia e drogas ilícitas e delitos conexos.

Destacamos a seguir alguns aspectos principais da reunião de Presidentes e incluímos transcrição na íntegra dos dois primeiros temas do Comunicado de Brasília, devido a importância que esses têm com o processo de integração em curso e por sua coincidência, em alguns aspectos, com os principais pontos da Declaração aprovada na reunião entre as Centrais Sindicais do Mercosul e da Comunidade Andina (ver pág).

[Presidentes aprovam área de livre comércio entre Mercosul e CAN e a criação de um Foro Consultivo integrado pela sociedade civil](#)

No capítulo sobre Comércio os Presidentes mencionaram a integração comercial entre os países da região nos anos noventa e afirmaram a decisão de iniciar “negociações para estabelecer, no mais breve prazo possível e antes de janeiro de 2002, uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a CAN” a qual representará “um impulso decisivo em direção à meta compartilhada de formação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname, baseado na progressiva liberalização do intercâmbio de mercadorias e serviços, na facilitação dos investimentos e na criação da infra-estrutura necessária para a consecução desse objetivo.”

Destacando a “importância da participação do setor privado, tanto de empresários quanto de trabalhadores, e o apoio da sociedade representam garantias de êxito e de continuidade para esses processos” os Presidentes “decidiram instruir seus Ministros competentes a coordenar a elaboração de propostas para a constituição de um **foro consultivo sul-americano entre altos funcionários e lideranças civis, com o propósito de identificar ações conjuntas dos países da região nos campos do comércio e dos investimentos, voltadas à consolidação e ao aprofundamento do processo de integração na América do Sul.** Essa iniciativa poderá contribuir, também, para facilitar a coordenação de posições sul-americanas nos foros da sociedade civil que se vêm reunindo de forma regular no contexto das negociações para a conformação de uma área de livre comércio das Américas. Tais negociações deverão levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico entre os países da América do Sul e, em particular, as circunstâncias, necessidades, condições econômicas e oportunidades das economias menores, com o objetivo de garantir sua plena e efetiva participação naquele processo.”

La Cumbre de Brasilia y el problema colombiano

Los presidentes también manifestaron su apoyo al proceso de paz en Colombia, envuelta en una guerra desde hace más de 36 años, pero no dieron respaldo explícito al plan de US\$ 7.500 millones para erradicar los plantíos de coca, de la que ese país es el principal productor mundial.

Los mandatarios dedicaron parte del jueves, primer día de reuniones a puertas cerradas, para analizar la situación colombiana.

Venezuela, Brasil, Ecuador y Perú temen que el plan desemboque en una escalada de violencia, si guerrilleros y paramilitares colombianos intentan impedir la destrucción de las plantaciones que, se afirma en Colombia, financian actividades de los irregulares. Allí entrarían en acción batallones entrenados por EEUU.

Los temores del desplazamiento de refugiados parecieron tener ayer una primera confirmación cuando en Ginebra, la ONU pidió a Venezuela que conceda asilo a un grupo de 500 colombianos, que huyeron de la guerra. (*El Observador 2/9/00*)

União "Física" da América do Sul tem prazo até 2002

Na última versão do documento negociado pelos ministros de Relações Exteriores dos 12 países, submetido à aprovação dos presidentes está previsto um fundo de financiamento para ciência e tecnologia na região, e sugerida a formação de mecanismo sul-americano destinado a financiar obras de infra-estrutura. Em um anexo ao documento, em que os diplomatas esboçaram um "programa de ação", os presidentes deverão comprometer-se a buscar "formas inovadoras" de apoio financeiro aos projetos de infra-estrutura.

"Estamos criando um jogo de interesses e investimentos cruzados, que vai fortalecer as posições negociadoras da região", define o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, Roberto Gianetti da Fonseca. Em discurso na reunião do Conselho de Empresários da América latina (Ceal), ontem, em Brasília, Gianetti foi aplaudido ao fazer "um exercício de futurologia", e prever a formação de um "bloco sul-americano", com uma moeda comum para trocas comerciais (o "peso real") e um banco regional de desenvolvimento, a "Corporação Latino-Americana de Fomento". Mais tarde, Gianetti explicou que seu "exercício" exigiria ainda um longo processo de aproximação das economias.

O ceticismo dos empresários não leva em conta que o Brasil será o maior comprador de grandes produtos de exportação da região, como o gás da Colômbia, a energia da Venezuela e os fertilizantes do Peru, que não têm a opção de chegar ao mercado norte-americano, argumenta um colaborador do presidente Fernando Henrique. A geração de receitas para esses países com os negócios a serem criados permitiria a eles comprarem mais produtos dos países vizinhos e financiarem novas obras. Somado ao aumento do comércio na região causado pela melhoria das ligações rodoviárias, ferroviárias e fluviais, essa aproximação facilitaria uma posição comum no comércio, a ser negociada com Américas Central e do Norte. (*Valor Econômico, 01/09/2000*)

Las relaciones bilaterales también fueron parte de la Cumbre

La cumbre fue escenario además de intensas negociaciones por alguno de los mandatarios para encarar problemas bilaterales.

Ricardo Lagos de Chile y Hugo Banzer de Bolivia discutieron su histórica desinteligencia por los reclamos del gobierno de La Paz de una salida al mar que perdió en 1879, durante una guerra.

El venezolano Hugo Chávez se reunió con el colombiano Andrés Pastrana para analizar problemas que incluyen diferendos respecto a las áreas marinas y submarinas en un golfo que es la entrada hacia la rica zona petrolera del lago de Maracaibo.

Venezuela también discutió con el guyanés Bharrat Jagdeo "temas generales", según un comunicado. Caracas reclama dos tercios del territorio guyanés, rico en minerales y recursos forestales.

La cumbre también respaldó reclamos argentinos sobre las Malvinas exhortando a Inglaterra a que reanude negociaciones, pero la declaración tuvo una rápida respuesta de Londres: "no habrá cambios". (En base a AP, Reuters, ANSA, EFE y AFP)

A América do Sul se fortalece diante da Alca

Qualquer avaliação definitiva sobre os possíveis desdobramentos do encontro, neste momento, é prematura. A magnitude dos objetivos pretendidos pelo governo brasileiro, os obstáculos contidos no projeto e a possibilidade de serem contrariados os interesses americanos - focalizados no funcionamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em 2005 - são dinâmicos o bastante para evitar julgamentos precipitados. Inquestionável é a política brasileira de defender o direito do país à pluralidade de parceiros comerciais.

É natural que os países sul-americanos busquem suas identidade e, a partir daí, procurem se fortalecer. No seminário preparatório para o encontro dos governantes, que reuniu 32 participantes em Brasília em julho, prevaleceu o consenso de que, sem a aproximação consistente e produtiva, a implantação da Alca condenaria todos os países a um futuro inexpressivo. A análise é pertinente, mas não significa que, com isso, o Brasil e seus vizinhos tenham de descartar sua participação no Alca. Todos precisam de tempo e de condições. As linhas mestras para esse processo, traçadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em artigo publicado pelo Valor, apontam o alicerce básico para esse avanço e para a futura e ativa participação na Alca. O fortalecimento da democracia, o avanço no desenvolvimento econômico e social, a preparação para os desafios científicos e tecnológicos do século XXI, a integração econômica e a garantia de segurança pública elencados pelo presidente são, de fato, imprescindíveis para esse projeto.

Sem dúvida, a postura brasileira se opõe à estratégia americana. Mas isso não significa confrontação nem exclusão. Trata-se de autonomia para traçar estratégia própria sem desconsiderar a participação do país na economia mundial. Raramente a América do Sul mostrou um dinamismo político-regional como este. Do mesmo modo, como o Brasil não assumia o papel de protagonista. Propósito e ação estão na dose certa. (*Valor Econômico*, 01/09/2000)

Para EUA, única opção do continente é aderir à ALCA

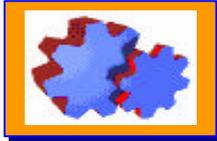
O governo americano não teme a formação de um bloco comercial entre o Mercosul e o Pacto Andino, conforme a proposta defendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Na avaliação do Departamento de Estado, a integração comercial da América do Sul não satisfaz às necessidades da maioria das economias do continente. "Acho que todo país neste hemisfério imagina que uma economia e um mercado fortes nos Estados Unidos oferecem um motor convidativo para o crescimento econômico. Este pode ser menos o caso do Brasil, que tem um mercado interno muito grande", disse ao jornal Valor um assessor graduado do Departamento de Estado, após ler o artigo de Fernando Henrique sobre o posicionamento que teria esse país na reunião de Presidentes.

Segundo essa fonte, para o governo americano a integração dos países na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é a única maneira de resolver problemas, como o da pobreza, em economias menores que a brasileira. "O mercado interno não é a resposta para os problemas de países como a Argentina, o Chile e a Colômbia", disse. No caso brasileiro, aderir à Alca permitiria que o país atingisse taxas mais altas de crescimento econômico. "Esta é a escolha do Brasil", explicou o assessor. "Não achamos que um acordo entre esses grupos (o Mercosul e o Pacto Andino) seja uma alternativa."

A posição oficial do governo americano sobre a reunião dos presidentes sul-americanos é a de que o encontro não é algo que ameace seus interesses na região. Esta é também a visão de observadores independentes. "Há um lado do governo americano que apoia a iniciativa no sentido do quanto interessa ter um Brasil estável, mais forte e com uma certa capacidade de liderança. Pode ser um interlocutor em prol dos interesses americanos na área", diz o pesquisador Paulo Wrobel, do Interamerican Dialogue, um importante centro de estudos sobre as Américas baseado em Washington. Wrobel acredita, no entanto, que há uma certa apreensão quanto à criação de um bloco comercial que fortaleça a América do Sul nas negociações da Alca. "Não vejo contradição entre uma capacidade de liderança brasileira mais

explícita, já que os valores não se contradizem com os interesses americanos, quais sejam: estabilidade política e econômica e um ambiente propício ao comércio e aos investimentos", comenta Wrobel. (*Valor Econômico*, 31/08/2000)

[regressar](#)



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

Centrais Sindicais do Mercosul e da Comunidade Andina se reúnem, aprovam declaração e traçam um plano de ação unitário

Como havíamos informado no número anterior, reuniram-se em Brasília nos dias 30 e 31 do corrente as Centrais Sindicais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela, agrupadas no Conselho Consultivo Laboral Andino – CCLA e na Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS e Conselho de Trabalhadores do Cone Sul – CTCS organismos de representação sindicais da Comunidade Andina de Nações – CAN e do Mercado Comum do Sul – Mercosul. A reunião contou com o apoio e presença da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores-CIOSL/ORIT, da Confederação Latinoamericana de Trabalhadores- CLAT e da OIT (oficinas de Lima, Chile e Brasil). A reunião, que deu continuidade a processo iniciado em meados de 1998, quando as centrais sindicais dos dois blocos realizaram um primeiro encontro na cidade de Montevidéu.

Defendendo os processos de integração, que para os sindicalistas deve “ser um instrumento de construção de um modelo de desenvolvimento centrado na construção de uma sociedade com equidade de distribuição de renda e consolidação da democracia com justiça social” denunciaram no entanto que as negociações no Mercosul e na CAN e entre as duas sub-regiões têm se subordinado aos interesses dos grandes grupos e empresas transnacionais.

Defendendo um acordo entre Mercosul e CAN advogaram que as negociações sejam por blocos, tal como se defende na ALCA, para que as mesmas sejam baseadas em um maior equilíbrio e soberania.

Com relação às negociações da ALCA consideraram “ que é obrigação de nossos governantes acordar uma atuação como bloco integrado em nosso hemisfério, reconhecendo como absolutamente insuficiente a adoção de uma estratégia apenas protetadora e defensiva, que não modificará os aspectos perversos de que se reveste a ALCA - ou seja a conformação de do livre comércio entre economias com tamanha desigualdade , sem a adoção de instrumentos de proteção adequados para garantir relações comerciais com maior equilíbrio, sem medidas de salvaguarda e políticas de promoção do desenvolvimento tecnológico e sem nenhum instrumento de garantia e proteção dos direitos sociais e laborais.” E que os governos da América do Sul devem defender a criação de um Fórum Sindical na ALCA, assim como já existe para o setor empresarial.

Outro ponto importante da reunião foi a defesa da democracia no continente. No caso do Peru as centrais reunidas aprovaram demandar aos seus governos que solicitem à OEA a suspensão da participação do governo peruano dos foros políticos interamericanos (OEA, Grupo do RIO, etc) enquanto não for restaurada naquele país a democracia plena, o que implica anular as eleições e realiza-las dentro de parâmetros de transparência e democracia.

Como resultado final foi aprovada a Declaração **INTEGRAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SOBERANIA E DEMOCRACIA** (cujo texto integral pode ser encontrado em www.sindicatomercosul.com.br) que será encaminhada aos Presidentes dos 10 países que integram os dois blocos, bem como a reivindicação que os governos reconheçam e valorizem as opiniões e contribuições dos atores sociais nas negociações entre o Mercosul e CAN propondo a criação de um Comitê Misto de Seguimento dessas negociações , integrado pelo Foro Consultivo Econômico-Social –FCES e os Conselhos Consultivos Laboral e Empresarial Andinos – CCLA e CCEA - que deverá ser um espaço de representação social e por sua representatividade um organismo de consulta das autoridades negociadoras.

Como plano de trabalho as centrais sindicais dos dois blocos aprovaram realizar no próximo ano o 2º. Encontro Sindical Mercosul-CAN, que será num dos países do bloco andino, e

promover nesse período a articulação entre os sindicatos de três setores profissionais – financeiro, energia (incluindo gás e petróleo) e comércio. (*Correio Sindical Mercosul*)

Paraguay: Asesinan a dos campesinos

En un nuevo enfrentamiento entre campesinos y civiles armados fueron asesinados 2 campesinos, uno de ellos de solo 14 años, y cuatro resultaron con heridas de consideración en uno de los grandes latifundios de Paraguay, perteneciente a la firma CIPASA, de Roberto Antebi, tierras que están en proceso de expropiación desde hace 2 años. (*Ultima Hora y Noticias 31/00/00*).

Sem-terra são assassinados em MS

A polícia encontrou no final da tarde de ontem os corpos de dois integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Mato Grosso do Sul que estavam desaparecidos desde a noite de anteontem.

Eles foram achados à beira do córrego Vacaria, em Rio Brillhante (MS), com as mãos amarradas para trás e os corpos perfurados a balas.

Um dos mortos, Silvio Rodrigues de Souza, 25, era líder regional do MST e havia recebido ameaças de morte. O outro era Ronildo da Silva, 36, morador no acampamento Índio Galdino.

O principal líder do MST no Estado, Egídio Brunetto, disse que os dois sem-terra estavam em um carro Voyage quando desapareceram na área rural de Rio Brillhante (a 150 km de Campo Grande). Brunetto disse que Rodrigues comandou diversas invasões na região de Rio Brillhante, e, por isso, estaria sendo ameaçado.

"Ele (Sílvio) recebeu ameaças dentro do fórum da cidade. Arrendatários de fazendas na região disseram que iriam pegá-lo", afirmou o principal líder dos sem-terra em Mato Grosso do Sul. O líder assassinado coordenou há dois meses a invasão da fazenda Beco do Sossego, quando as famílias de sem-terra que derrubaram a cerca da propriedade e se apropriaram do maquinário do fazendeiro. (*Folha de São Paulo, 02.09.00*)

Plebiscito sobre a Dívida Externa

Começou neste sábado 2 de setembro o "Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa". Promovido pela Confederação nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela Central única dos Trabalhadores (CUT) e por outras entidades do movimento popular, o plebiscito terminará no dia 7 com uma manifestação nacional nas grandes cidades "O Grito dos Excluídos".

O Plebiscito Nacional sobre a dívida externa tem como objetivo consultar a todos os cidadãos brasileiros adultos para que votem e manifestem sua opinião em relação à situação da dívida externa e interna do Brasil.

Para Isso, propõe-se:

- levar o debate à opinião pública e às bases, possibilitando informações e esclarecimentos para que a população tome consciência de que a dívida externa e interna é uma das principais causas do aprofundamento das dívidas sociais e ecológicas
- colocar este tema na pauta das mobilizações populares e questionar, a partir da prática, o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil, lutando pela recuperação da soberania nacional;
- somar forças para exigir uma Auditoria Pública da dívida externa e interna, a suspensão do pagamento da dívida externa e a adoção de controles sobre a política de endividamento.

Em 1994, devíamos 148 bilhões de dólares. Nos últimos quatro anos. pagamos 126 bilhões de dólares - 226 bilhões e 800 mil reais. Assim mesmo ela não parou de crescer. Devemos, hoje, 235 bilhões de dólares.

Em 1999, 64% dos recursos do Orçamento Federal foram destinados à amortização da dívida externa e interna e ao pagamento de juros e encargos destas dívidas. Estava previsto o gasto de 90 bilhões de reais para pagar parcelas e juros das dívidas. mas a desvalorização do real deve levar este gasto para mais de 120 bilhões de reais. (*Correio Sindical Mercosul*)

De la Rúa recibió a la cúpula de la CGT

El escándalo de los supuestos sobornos en el Senado condenó de antemano la reunión por el diálogo social que tanto reclamaron los dirigentes de la CGT oficial. El presidente Fernando de la Rúa y cuatro de sus ministros recibieron en la residencia de Olivos, durante dos horas, a 21 sindicalistas -liderados por Rodolfo Daer- que se fueron con un gusto amargo de un encuentro al que calificaron como "protocolar".

"La dirigencia obrera siempre defendió las instituciones y quisimos dejarle en claro al Presidente nuestra intención de que se transparente la situación y se aclare todo tipo de dudas", señaló Daer tras la reunión.

El tema de los supuestos sobornos en las negociaciones para aprobar la ley laboral dominó gran parte de la reunión, según fuentes sindicales. En el Gobierno se mostraron conformes con la actitud de los gremialistas, que en todo momento expresaron su confianza en la transparencia de los funcionarios del Poder Ejecutivo. "Sólo si se comprobara semejante delito, algo que todavía parece lejano, la CGT pediría que se derogara la ley laboral", dijo Daer.

Desde el campo sindical se destacó la promesa presidencial de apoyar la creación de una comisión mixta para la producción y el empleo. Daer sostuvo que esa entidad "comenzará a funcionar a la brevedad", y estará integrada "por el titular de la cartera laboral y representantes de la central obrera". Esa comisión será el ámbito natural para el inicio del diálogo social entre los sindicalistas dialoguistas y el Gobierno.

Los dirigentes ratificaron su rechazo a la rebaja salarial a los empleados públicos y al decreto de desregulación de las obras sociales. Además, reclamaron que se lleve a cabo un programa de obras de emergencia para reactivar la construcción, propuesto por el titular de la Uocra, Gerardo Martínez.

"La reunión fue sumamente cordial, salvo cuando se trató el decreto 446, que contempla la desregulación del sistema de obras sociales a partir del 2 de enero de 2001", explicaron voceros sindicales.

De la Rúa y los ministros se comprometieron a participar de las reuniones de la comisión que se creará, en las que se tratarán temas de empleo, obras públicas y salud. (*La Nación*, 31-08).

Gremios de la salud en huelga

Los gremios del Hospital de Clínicas se mantienen en huelga ante la falta de definición del Parlamento sobre los fondos solicitados para mantener en un nivel mínimo la atención a los pacientes, en su gran mayoría de origen popular. A este paro se sumaron estudiantes y docentes de la Facultad de Medicina. (*ABC y Ultima Hora* 30/08/00).

PIT-CNT propone medidas para combatir el desempleo

El PIT-CNT propuso ayer crear un Movimiento por el Trabajo a fin de combatir el desempleo. La central sindical estima que actualmente existen 229.443 personas desocupadas y afirma que la tasa real de desempleo es de 16,42%, y no del 14,3% como indican los datos oficiales.

Para revertir la situación la central obrera instó al gobierno a incrementar la inversión pública, en especial la construcción de viviendas, a instrumentar una política de reducción de tasas de interés, a instaurar la negociación colectiva obligatoria, a aumentar la demanda del mercado interno a través de incrementos salariales en los sectores público y privado, y a financiar a la Junta Nacional de Empleo.

Bajo el título "Breve análisis de la coyuntura actual, el PIT- CNT afirma que la producción "sigue en un estado de estancamiento" y estima que en la actual situación "seguramente no habrá crecimiento económico, y si hubiera un poco estaría muy lejos de la pauta que se nos anunciara por el gobierno al inicio de su gestión" del 2,5%.

Agrega que el seguro de desempleo aumentó 15,7% en el primer semestre del año y que el salario real cayó en el mismo período un 1%.

También reclama la negociación colectiva obligatoria y la ley de fuero sindical, en forma "inmediata", para "democratizar las relaciones laborales y dar garantías en términos de la calidad de las fuentes de trabajo a crear".

El aumento de salarios públicos y privados es otro de los reclamos de la central por entender que ello incrementaría la demanda del mercado interno.

La necesidad de que el Estado financie el déficit que tiene la Junta nacional de empleo también es requerido por el PIT-CNT, por considerar que "la capacitación de recursos humanos es un elemento clave" para la reinserción laboral. (*El Observador 30/8/00*)

Las automotrices vuelven a suspender personal

La crisis de ventas del sector automotor vuelve a poner a las suspensiones de personal en el tapete. La medida toca a unos 3.000 operarios de Fiat y Renault, frena la actividad en Volkswagen y prolonga un mes más la reducción de horas trabajadas en Iveco.

Esta situación es consecuencia directa del tobogán en que cayó la comercialización de autos. En julio de este año se vendió 23% menos que en julio del 99.

Por su parte, el secretario General del SMATA Córdoba, Omar Dragún, advirtió que "si persiste este panorama y no se modifica nada, estamos ante el riesgo de que las fábricas produzcan despidos en los próximos meses".

La radiografía de suspensiones es así:

- Fiat: 1.500 empleados suspendidos hasta el 8 de setiembre. Percibirán un 75% de los salarios. El 11 deberán volver al trabajo, pero es probable que luego haya nuevas suspensiones.
- Renault: alrededor de 1.350 trabajadores estarán suspendidos el próximo mes entre 5 y 8 días (de acuerdo a la sección), mientras que en octubre la empresa planea parar la producción otros 12 días. En realidad, Renault acordó con el SMATA, en julio de este año, un mecanismo que evitó 300 despidos: la fábrica no trabaja 1 día de cada semana y los obreros reciben un 50% de sus sueldos.
- Volkswagen: suspende toda su actividad los dos primeros viernes de setiembre. Y si las ventas no se recuperan, hará lo mismo con los últimos viernes del mes.
- IVECO: sus 350 obreros trabajan 2 horas menos por día y cobran un 75 por ciento del valor correspondiente a ese tiempo. (*Clarín, 29-08*).

Los estatales cumplieron una nueva jornada de paro.

Trabajadores estatales nucleados en ATE, empleados del Conicet y docentes universitarios cumplieron una jornada de paro y movilización, que finalizó con un acto en la Plaza de Mayo, en contra del recorte de salarios y el ajuste presupuestario dispuesto por el gobierno.

En el acto hablaron representantes de los científicos, docentes universitarios y de los trabajadores de ATE.

El secretario general de ATE, anunció que el próximo 9 de setiembre la Central de Trabajadores Argentinos (CTA) continuará con la "Marcha Grande", que comenzó esa central sindical a fines de julio y que partió desde Rosario y finalizó con un acto frente al Congreso nacional.

La marcha se iniciará esta vez en el conurbano bonaerense y culminará también en el Congreso, en reclamo de que se pueda votar en el Parlamento un seguro de empleo que reclama la CTA.

Congresso de bancários da CUT elege nova diretoria

Com cerca de 300 delegados representando 103 sindicatos e cerca de 400 mil bancários e bancárias, 76% dos quais sindicalizados, a Confederação Nacional dos Bancários – CNB CUT realizou, em São Paulo, entre 31 de agosto e 2 de setembro, seu 3º. Congresso Nacional e elegeu sua nova diretoria. Pela segunda vez, desde que foi criada na metade dos anos 90, a CNB será comandada por uma mulher, Fernanda Duclos Carísio, atual presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Os principais temas do Congresso foram o fortalecimento da organização e contratação coletiva nacional da categoria, a ampliação da base de representação dos sindicatos com a

filiação de securitários, pessoal de cartão de crédito, leasing, etc, ou seja a criação do ramos do setor financeiro, tendo sido criado para tal a Secretaria Intersindical. Também foram debatidos o sistema financeiro nacional e internacional e criada a Secretaria de Relações Internacionais, assim como as alterações na legislação previdenciária e outros temas de alcance social, como gênero, discriminação racial e saúde no trabalho, que também tem status de secretaria na confederação. (*Correio Sindical Mercosul*- www.cnbcut.com.br)

Huelga de hambre de obreros de Itaipu

Desde el pasado 2 de agosto mas de 160 trabajadores que prestan servicios a dos empresas contratistas de la Itaipú Binacional se hallan en huelga, apostados al costado del acceo a la hidroeléctrica en reclamo por el incumplimiento del contrato de trabajo. (*Ultima Hora* 30/08/2000).

Piden sanción para Gobierno paraguay

Las organizaciones integrantes de la Coordinadora Sindical, Campesina y Social de Paraguay pidieron al Congreso de Estados Unidos que se sancione al Paraguay con el levantamiento del Sistema Generalizado de Preferencias (SGP) a raíz de violaciones expresas a derechos sociales ratificados en leyes y convenios internacionales. La acción fue canalizada a través del Centro de Solidaridad de la AFL-CIO, con el respaldo de la ORIT, representación continental de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres. Entre las quejas se mencionan atentados contra la libre manifestación, las represiones indiscriminadas de manifestantes y huelguistas, el desconocimiento de resoluciones de la Corte Suprema de Justicia por parte de directivos de ANDE para reponer a trabajadores. (*Ultima Hora* 30/08/00).

Paro de docentes

Los docentes de todo el país nucleados en CTERA pararon para reclamar por el pago del incentivo docente y en repudio por estar siendo excluidos de la redacción del Pacto Federal Educativo II. La jornada de protesta se cumplió en todas las provincias. Y quedó marcada por un fuerte cruce entre el ministro de Educación, Juan José Llach, y la titular del gremio docente, Marta Maffei.

Llach calificó el paro de "político" y prometió que el incentivo atrasado se pagará mañana. Maffei respondió que el dinero ni siquiera llegó a las provincias y que el Pacto Federal es un proyecto en soledad del ministro. También anticipó que, si se firma el Pacto Federal Educativo II, los docentes harán un nuevo paro con movilización.

La medida de fuerza de ayer tuvo, de acuerdo con la estimación de la Ctera, un acatamiento del 83 por ciento. En la Capital Federal hubo además una marcha en la que más de quinientos maestros unieron la Plaza del Congreso –donde estuvo emplazada la Carpa Blanca– con el Palacio Sarmiento. Allí, Maffei rechazó los cuestionamientos del ministro de Educación y le pidió que "vea si en las provincias cobraron el fondo". (*Página 12*, 31-08).

Santander : queima de empregos

Mais um daqueles casos de multinacionais que servem champagne francês em casa e sidra na casa dos outros. Na Espanha, o Santander, quando se fundiu com o Central Hispano, no início do ano passado, garantiu emprego por três anos para os bancários das duas instituições. Por aqui, o espanhol absorveu o Banco Geral do Comércio, o Noroeste, o Bozano, Simonsen e o Meridional – demitindo cerca de 3 mil bancários de 1997 para cá. (*Anselmo Gôes, in <http://www.no.com.br> , 29.08.00*) [regressar](#)



Tizado, nuevo secretario de Industria

El ministro de Economía, José Luis Machinea, decidió designar al presidente de la mayor siderúrgica del país al frente de la Secretaría de Industria, Comercio Exterior y Minería. Javier Tizado, titular de Siderar, empresa del grupo Techint, ejercerá el cargo que hasta ayer ocupaba Débora Giorgi, que ahora será secretaria de Energía.

La intención del Gobierno es enviar una fuerte señal a los mercados de que el desarrollo de la industria es una de las prioridades. Techint es el segundo grupo fabril del país, con intereses en el negocio del acero, de la construcción y del petróleo.

"Tizado llega para contrarrestar los ataques de los libre mercadistas ortodoxos. Es un guiño de respaldo al ministro, una señal de que la producción es importante para el Gobierno", dijo ayer un directivo de la Unión Industrial Argentina (UIA). (*La Nación*, 26-08).

Um entrave eliminado no Mercosul

O acordo automotivo entre o Brasil e a Argentina, que deveria ser um exemplo de concessões entre parceiros dispostos a superar rivalidades estereis, transformou-se no oposto nos últimos meses. Por divergências de interpretação de textos, o acordo passou a simbolizar a incapacidade dos dois países de se entenderem em meio a um crescente elenco de litígios na área do comércio exterior.

Isso pode ser atribuído, em grande parte, ao excesso de zelo de alguns funcionários do segundo escalão, que vêem as atribuições que lhes foram confiadas como um mandato para a defesa do que acreditam ser, em sentido estrito, o interesse de seus países. A necessidade de dar um novo impulso ao Mercosul passa, assim, a um plano secundário. E, muito ao feitio de nossas sociedades, esses servidores têm um gosto especial pela discussão de pormenores jurídicos. Convém deixar claro que todas essas características podem ser observadas tanto do lado brasileiro quanto do argentino. (*Gazeta Mercantil*, 01/09/2000)

De la Rúa vetará la norma que protege el azúcar

Para evitar una explosión de medidas proteccionistas en el Mercosur, el Gobierno anunció que vetará la ley que aprobó el Congreso la semana última, que fija por tiempo indefinido el arancel de alrededor del 23% que hoy se aplica al azúcar importado de Brasil. Se trata del único producto que aún no fue incluido en el sistema de libre comercio del mercado común.

En diciembre de este año debía vencer una ley por la que se le cobra al azúcar importado desde Brasil el mismo arancel que a los países no miembros del MERCOSUR, Pero la semana última el Congreso decidió prorrogar la legislación por tiempo indefinido. La justificación de la norma es que los brasileños subsidian su producción.

El Poder Ejecutivo les ofrecerá a los legisladores que impulsaron la prórroga una resolución que garantice que por tres años se mantendrán los actuales aranceles, pero que deje abierta la puerta para negociar con Brasil un régimen de integración que lleve -en un plazo aún no acordado- al libre comercio en el bloque.

Las exportaciones de trigo a Brasil en 1999 sumaron 800 millones de dólares, y las de productos azucarados 100 millones de dólares.

El oficialismo no sólo ofrecerá los tres años de mantenimiento del arancel actual. También prevé crear un mecanismo para que en ese plazo los productores locales de azúcar se aseguren la provisión al mercado interno, aunque aún no se definió cómo será ese sistema. (*La Nación*, 30-08).

Aftosa en el Mercosur

Los ministros de Agricultura del Mercosur se reunirán hoy en Porto Alegre para coordinar las acciones destinadas a combatir la aftosa.

Entre tanto, se supo ayer que técnicos de Estados Unidos, Canadá y México vendrán a Uruguay del 18 al 23 de setiembre para verificar la situación sanitaria. Se espera que tras esta visita México rehabilite el ingreso de ganado vacuno. Los técnicos se dirigirán después a Argentina.

La situación sanitaria de la región pareció comenzar a mejorar ayer. No se verificaron nuevos casos y a la hora 18 las autoridades argentinas notificaron a sus pares locales que de 10.100 muestras sanguíneas procesadas en las zonas problemáticas, todas arrojaron resultados negativos.

Sin embargo, los perjuicios económicos que genera la situación regional siguen golpeando a Uruguay. Ayer Guatemala prohibió la importación de carne vacuna de todos los países del

Mercosur. La medida se suma a la decisión adoptada el miércoles por México que clausuró la importación de ganado en pie proveniente de Uruguay.

En Brasil siguen bloqueados los ocho municipios de riesgo en Río Grande del Sur. El gobierno de Santa Catarina (estado libre de aftosa con vacunación al igual que Río Grande del Sur) intensificó los controles fronterizos y sacrificó cinco vacunos contrabandeados desde el estado sureño, al tiempo que incautó y destruyó carne que también ingresó ilegalmente. *(El País 2/9/00)*

Empresarios de Paraguay protestan por la politización de la aftosa

Las autoridades de gremios privados paraguayos vinculados al tema de la carne opinan que debe haber un discurso sincero sobre el tema aftosa, abogando porque el dialogo de las autoridades sea técnico y no político, criticando además la ausencia de delegados argentinos en la reciente reunión del Convenio de la Cuenca del Plata, en Montevideo, para la erradicación de la aftosa. *(Noticias 30/08/00)*.

Mercosur: llaman a acciones concretas para fortalecer a "pymes"

Los organismos de asistencia a las micro, pequeñas y medianas empresas de los países del Mercosur y Chile llamaron a realizar "acciones concretas" para fortalecer la red creada en apoyo a las PyMEs en toda la región. La Red Mercosur se constituyó el primero de abril último en Montevideo y está integrada por el Sebrae brasileño, Sercotec de Chile, Dinapyme de Uruguay, Depae de Paraguay y el Ideb de la provincia (estado) de Buenos Aires, la más importante de Argentina.

Durante un encuentro realizado en Buenos Aires, el titular del Ideb, Miguel Saiegh, destacó la presencia de Chile y definió como "muy próxima la incorporación" de Santiago al Mercosur.

Saiegh auspició también que los organismos que conforman la Red Mercosur constituyan una suerte de "núcleo duro" para consolidarla primero y ampliarla después.

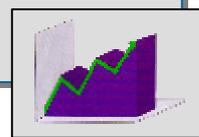
El titular del Sebrae, Sergio Moreira, dijo que el desafío pasa por ir consolidando la Red Mercosur "a través de acciones concretas". La Red Mercosur elaboró proyectos de mediano y largo plazo y conformó cinco grupos de trabajo durante la segunda reunión que realizó en junio, en Asunción de Paraguay. Los grupos son de Cooperación 1 y Cooperación 2, Formación de Emprendedores, Políticas Públicas y Promoción de Negocios. *(El País, 28.08.00)*

Brasil e Argentina criam comitê

Brasil e Argentina decidiram estabelecer estratégias para gestão de ações coordenadas e de harmonização de medidas e processos com vista ao desenvolvimento da cadeia produtiva carne-couro-calçados entre os dois países. A idéia principal é a criar um comitê com representação dos setores público e privado, presentes no encontro 'As Cadeias Produtivas no Mercosul', realizado ontem em São Paulo, para buscar maior integração entre as administrações públicas, entidades de classes, empresas privadas, coordenando compromissos bilaterais em áreas de interesse comum. O comitê será formado por representantes dos governos federal, estadual, parlamentares e pelo setor privado da Argentina e do Brasil. Também está prevista a definição de sistemas de acompanhamento e da divulgação de dados e informações sobre mercado interno e externo. *(Gazeta Mercantil, 30.08.00)*

[regressar](#)

EMPRESAS E SETORES



Proposta de integração é recebida com ceticismo por empresários brasileiros

O presidente do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), Roberto Teixeira da Costa, considera difícil a aproximação entre o Mercosul e os países que formam o Grupo Andino para a criação de uma zona de livre comércio. Teixeira estava em Brasília para comandar a XI Assembléia Plenária do Conselho de Empresários da América Latina, entidade por ele presidida que foi criada em 1990 para acompanhar as discussões em torno do Mercosul e hoje está integrada por 330 empresários de grandes corporações da América Latina

Ele assegura que alguns países do norte da América do Sul estão mais interessados no Nafta do que no Mercosul. , realizada paralelamente à reunião dos 12 presidentes da América do Sul. "A Colômbia, por exemplo, quer internacionalizar sua crise de segurança e se juntar aos Estados Unidos. O Chile também negocia a adesão ao acordo com o livre mercado da América do Norte", justificou o empresário para afastar o interesse pelo acordo Mercosul-Pacto Andino. "Estamos vivendo diariamente as dificuldades em operar o Mercosul, imagine o que aconteceria se esse bloco fosse maior", comparou.

No Rio, dirigentes de entidades empresariais e especialistas em negociações internacionais identificam uma grande disparidade entre a proposta do presidente Fernando Henrique Cardoso e as condições práticas de viabilizar esse acordo. "É difícil identificar o caminho a ser trilhado para conseguir esse acordo nos prazos determinados", avaliou Sandra Rios, coordenadora da unidade de integração internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na última reunião de cúpula do Mercosul, em junho, assumiu-se o compromisso de negociar acordos de livre comércio com os países da Comunidade Andina (CAN) e com o México até dezembro de 2001. A experiência recente mostra a dificuldade de avançar em acordos dessa natureza", diz Sandra Rios. Ela entende, porém, que é importante fazer um esforço no sentido de fechar esses acordos sob o risco de que, se demorar muito, essas áreas serão incorporadas pela Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para começar em 2005. Para Sandra, fica evidente também uma dessintonia entre o otimismo do discurso de Fernando Henrique em relação ao livre comércio na região e a importância dada ao tema na preparação da agenda da reunião dos presidentes da América do Sul. "É curioso que a prioridade do discurso do presidente em termos de livre comércio não se reflète na agenda da reunião", acrescenta José Augusto Coelho Fernandes, diretor-executivo da CNI. Ele argumenta que a indústria tem manifestado a importância de se avançar em novos acordos comerciais nas Américas, como a Alca, mas o processo tem sido prejudicado pelas dificuldades enfrentadas no Mercosul. (*Valor Econômico*, 31/08/2000)

Presidente da Renault diz que Mercosul morreu

O presidente da Renault no Mercosul, Luc-Alexandre Ménard, diz que "para o setor automotivo o Mercosul está morto". Com o impasse nas negociações entre os governos do Brasil e da Argentina, o planejamento estratégico da empresa na região está mudando, num claro processo de migração de investimentos da Argentina para o Brasil.

A relação entre os volumes de compras nos dois países se inverteu este ano. No ano passado, a Renault gastou US\$ 280 milhões nas compras de peças na Argentina e US\$ 81 milhões no Brasil. Este ano, a empresa prevê gastar US\$ 269 milhões em componentes fabricados no Brasil e US\$ 235 milhões no país vizinho. O volume total de compras da montadora no Mercosul somou US\$ 361 milhões em 1999 e chegará a US\$ 504 milhões este ano.

A falta de definição nas negociações entre os dois governos, que se arrastam há meses, está levando o setor automotivo a desistir das estratégias de bloco na América do Sul. A Renault ainda tem uma fatia grande do mercado argentino – 20% – enquanto no Brasil a participação está em 4,5%.

Mas a direção dos investimentos segue um ritmo acelerado no Brasil enquanto que na Argentina há um "desinvestimento". Para começar, a empresa desativou uma linha de montagem, a do modelo R 19, em Santa Isabel. No Brasil, instalou duas – Scénic e Clio – e já trabalha no terceiro lançamento.

A montadora deixou de produzir motores na Argentina e concentrou a fabricação desse componente no Paraná, que foi concebida para também exportar (*Valor Econômico*, 30.08.00)

Abiquim pede redução de tarifas

Lideranças da indústria química no Mercosul pedirão aos governos dos países do bloco que reduzam as tarifas de importação de 400 itens de bens de capital. Os empresários do setor assinaram um documento conjunto em Buenos Aires, em que defendem a fixação de tarifas inferiores a 2% para importação de bens de capital que não forem produzidos pelas empresas locais. O documento será entregue aos governos dos países do bloco na semana que vem. Segundo o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Guilherme Duque Estrada de Moraes, a redução de alíquotas é vital para assegurar o crescimento e a modernização do setor químico, que depende de grandes investimentos em bens de capital. O nível de investimentos anuais do setor químico gira em torno de US\$ 1,2 bilhões. Para Moraes, é pouco para cobrir o aumento da demanda e reverter o saldo negativo da balança comercial do setor. (*Valor Econômico*, 31/08/2000)

Natura cruza a fronteira

A líder brasileira em cosméticos para as classes A/B está deflagrando a partir do mercado argentino sua estratégia para tornar-se marca internacional. No último fim de semana, o nome Natura multiplicou-se numa série de anúncios de cinco páginas em mais de um milhão de exemplares de revistas de circulação nacional. Mais alguns dias, a campanha chega à televisão, com exposição intensiva nos dois canais líderes de audiência.

A mídia é parte importante dos US\$ 8 milhões que a marca pretende investir este ano no vizinho do Mercosul. Nos próximos três anos, a previsão de investimento chega a US\$ 30 milhões.

A pretensão é alcançar vendas no varejo de US\$ 60 milhões, o que significaria conquistar perto de 15% dos consumidores de cosméticos e perfumaria do país. O projeto internacional da Natura está sendo implementado justamente a partir de um mercado onde os produtos da marca são vendidos discretamente há cinco anos. A empresa, cujas vendas este ano devem chegar a US\$ 1 bilhão, lança-se no ano que vem ao México. (*Gazeta Mercantil*, 30.08.00)

Perez Companc enfrenta Dow e Basf

As gigantes Dow Chemical e Basf, que decidiram unir forças na produção de monômero de estireno no Brasil, ganham a partir de hoje um concorrente de peso no mercado de poliestireno - o grupo argentino Perez Companc, ao inaugurar sua operação brasileira desse produto, a Innova S.A., no complexo petroquímico gaúcho de Triunfo.

O grupo argentino parece estar com bom apetite: no complexo integrado de estireno/poliestireno brasileiro está investindo US\$ 280 milhões e pretende disputar a liderança no Mercosul, somando-se as fábricas de Rosario (monômero) e Zárate (poliestireno). Segundo Flávio Augusto Lucena Barbosa, diretor-superintendente da Innova, o grupo terá condições de ofertar na região cerca de 360 mil toneladas de estireno e 185 mil da resina plástica.

A fábrica de poliestireno estará apta a fazer 120 mil toneladas ao ano, mesmo patamar de Dow (120 mil, no Guarujá-SP) e da Basf, que acaba de concluir a segunda fase de seu programa de expansão, em São José dos Campos, com uma unidade de resina de alto impacto, que visa atender os mercados de refrigeração e de eletrônica e computação.

Os investimentos do grupo alemão nesse segmento começaram em 1997 ao adquirir a Cia. Brasileira de Estireno. Agora, sua capacidade de produção foi elevada a 110 mil toneladas por ano. Mas, os planos não param por aí: até o fim de 2001 a meta é chegar a 190 mil, resultado de novo crescimento, fazendo a reconfiguração do atual sistema de reator para produzir poliestireno de cristal (GPPS). Na segunda fase, o grupo gastou US\$ 30 milhões.

Das atuais 350 mil toneladas, considerando a Innova, a capacidade do parque brasileiro passará a 510 mil toneladas/ano no fim de 2001, se os planos de Dow e Basf forem levados adiante. (*Gazeta Mercantil*, 29.08.00) [regressar](#)

5(1\$ d̄(6 [(:x7(51\$6]



Nova Congresso norte-americano decide o destino da Alca

Tão ou mais importante do que a eleição presidencial nos EUA para o futuro do comércio no continente americano é a da Câmara dos Representantes daquele país, ambas em novembro.

Na Câmara vai ser decidido o futuro da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que os dois principais candidatos à Presidência, Al Gore e George W. Bush, defendem com igual vigor. Qualquer um deles, no entanto, terá grande dificuldade de arrancar da Câmara o "fast track" (via rápida), legislação que dá ao presidente dos EUA autoridade para negociar acordos internacionais de modo que seus interlocutores tenham confiança na manutenção posterior dos termos acordados entre eles.

Com o "fast track", o Congresso americano é obrigado a rejeitar ou aprovar na íntegra o acordo negociado pelo presidente. Sem o "fast track", os parlamentares ganham liberdade para vetar itens específicos dos tratados. O Brasil já deixou claro que, sem "fast track", não há sentido em negociar a Alca para valer. Outros países adotam posição similar à brasileira.

Os democratas têm posição muito mais nacionalista em questões de comércio do que os republicanos (de Bush). As ligações do Partido Democrata com os sindicatos é histórica. E os sindicatos não desejam acordos de comércio que, a seu ver, prejudicam os produtos locais e, em consequência, a oferta de trabalho.

O Partido Democrata precisa de seis cadeiras para voltar à maioria na Câmara. Das 435 da Casa, todas em jogo a cada dois anos, apenas 40 podem mudar de dono em novembro. Os ocupantes das demais têm sua reeleição quase garantida.

Os maiores contribuintes financeiros dos democratas são os sindicatos e os escritórios de advocacia. Só a maior central sindical do país, a AFL-CIO, entrou com US\$ 40 milhões para a campanha dos candidatos à Câmara do Partido Democrata. Essa ajuda, com certeza, será cobrada quando um dos assuntos mais importantes da agenda da AFL-CIO, a questão dos empregos nos EUA, estiver em jogo.

Toda vez que o "fast track" entra na pauta da Câmara, o lobby dos sindicatos é acionado. Temas como exploração de mão-de-obra infantil, condições de trabalho, salários baixos nos países com que os EUA estão negociando acordos de comércio aparecem como argumentos contra a concessão da "via rápida". O Nafta só saiu do papel graças a um esforço estupendo de um Clinton recém-empossado, capaz de fazer promessas com credibilidade. Os distritos eleitorais de alguns deputados da Flórida, receberam tratamento privilegiado do governo em troca de seus votos pró-Nafta em 1993. (*Valor Econômico*, 28.08.00)

OMC condena barreiras americanas

A Organização Mundial de Comércio (OMC) considerou "ilegal" a lei antidumping americana, usada para barrar a entrada de produtos siderúrgicos no país. A instituição confirmou que a legislação dos Estados Unidos não está em conformidade com as regras internacionais de comércio. A sentença foi motivada por um recurso impetrado pela União Européia e pelo Japão. Como o Brasil figurava como parte interessada no processo, a decisão da OMC também deverá afetar as vendas de produtos siderúrgicos nacionais para os americanos. Atualmente, cinco tipos de itens exportados pelas companhias nacionais são sobretaxados antes de entrar nos Estados Unidos. São eles: chapas grossas de aço, barras de aço inoxidável, fio-máquina inoxidável e tubos de aço com e sem costura.

A OMC considerou que a lei antidumping americana, datada de 1916, não está em conformidade com as regras da instituição. As normas da OMC permitem apenas que os países imponham tarifas de importação para se defenderem de práticas de dumping. A lei americana

previa a aplicação de multas e ações civis e penais contra importadores que tenham comercializado no país artigos a preços abaixo dos do mercado local.

Segundo a decisão da OMC, as partes envolvidas terão agora de estabelecer um prazo para que os Estados Unidos modifiquem suas práticas, para adequá-las às regras do organismo. O Departamento de Comércio Americano informou que irá examinar melhor a decisão antes de definir o que fazer, embora discorde da resolução da OMC. (*Jornal do Brasil*, 29.08.00)

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

(Correspondência em Fale Conosco, <http://www.sindicatomercosul.com.br>)

Sindicato brasileiro quer intercâmbio com países do Mercosul

Companheiros,

O Sinpaf representa os trabalhadores da Pesquisa Agropecuária no Brasil, neste caso empregados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Codevasf (Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco) entre outras. Assim sendo gostaria de contatar com entidades que estão no mesmo ramo em países do Mercosul.

Saudações Sindicais

Lenildo Moraes

Presidente Nacional do SINPAF / E-mail: sinpaf@sinpaf.com.br

"Mercosul : os Direitos Humanos no Ano Mundial da Paz"

Organizado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, acontecerá em Porto Alegre (RS) um seminário sobre os direitos humanos no Mercosul entre os dias 14 e 16 de setembro próximos. Com uma temática voltada para a questão dos direitos humanos participarão especialistas em direito internacional e direitos humanos do cone sul, destacando-se a palestra do Dr. Jair Krische, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos que falará sobre "Os Direitos Humanos no Conesul e a Operação Condor". [Maiores informações por e-mail para : maioresinformacoes@zaz.com.br](mailto:maioresinformacoes@zaz.com.br).

Seminario "GLOBALIZACION Y SUBJETIVIDAD"

El Instituto de Estudios y Formación CTA lo invita a participar del 3er. módulo del Seminario "Globalización y Subjetividad", que tendrá lugar en el Anfiteatro Eva Perón, de la Asociación Trabajadores del Estado, Avda. Belgrano 2527, todos los miércoles de septiembre entre las 19 y 21 horas.

PROGRAMA: 6 de setiembre: Tomás Abraham (filósofo-ensayista) - "Globalización y subjetividad"; 13 de setiembre: Eduardo Pavlovsky (dramaturgo, actor, psicoanalista), Osvaldo Saidón (psicoanalista, analista institucional) "Resistencia y Microfísica"; 20 de setiembre: Denise Najmanovich (epistemóloga-periodista) "Rebeldía, transversalidad, lazo social estrategias de sentido para otros mundos posibles"; 27 de setiembre: Panel –debate: "Globalización y subjetividad"

Lugar: Anfiteatro Eva Perón, . Belgrano 2527. Informes: 4307-3829 - cta@rcc.com.ar

[regressar](#)

